

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ CULTURA E POLÍTICA

Este dossiê busca trazer algumas questões relevantes sobre a imbricada relação entre cultura e política. Os trabalhos aqui reunidos lançam um olhar sobre a complexidade do mundo social que se expressa, entre outras, pela interpenetração dessas duas dimensões. Cultura e política são apreendidas a partir de pesquisas empíricas e ressignificadas à luz do diálogo entre os dados e os referenciais teóricos da Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Ao longo do último século, assistimos o processo de depuração reflexiva a respeito da dinâmica do poder na vida social cujo agenciamento só se faz possível a partir do estudo minucioso dos fatos políticos. Desde os estudos das formas locais de autoridade à transformação na própria concepção de política, modulada através das relações entre a esfera privada e a esfera pública, oscilamos de um foco do poder institucional constituído – as formas locais de aparato de governo e de manutenção da coesão social – para o progressivo interesse na ação de indivíduos e grupos no campo das relações de poder. A cultura deixa de estar alocada no campo da diversidade das estruturas institucionais de autoridade para ser compreendida como dimensão simbólica das práticas sociais e, dentre estas, políticas que negociam e redefinem a ordem social.

Neste sentido, os textos que ora apresentamos tratam de diferentes perspectivas de política que se vinculam a formas específicas de ordenação da realidade, de classificação de mundo, estabelecendo critérios valorativos para discriminar e nomear os fenômenos sociais, instaurando os poderes de ação dos agentes sociais. As estratégias de controle social fundamentadas em dispositivos de legitimação do poder constituído são, constantemente, colocadas em risco em função da atividade política; assim como a competição para ampliar recursos, seja material seja simbólico. Dentre os eixos possíveis de integração destes textos observa-se a recorrente interação entre os espaços público e privado, suas lógicas particulares e a percepção da política como constitutiva das mais diversas formas de relações e interações sociais.

O artigo que abre a coletânea, intitulado “*Crescimento urbano e experiência suburbana em Lisboa*”, é do pesquisador português João Pedro Silva Nunes, e traz como

foco de análise as transformações ocorridas na vila de Amadora nas décadas de 60 e 70 do século passado, que passou de subúrbio industrial e residencial da grande região de Lisboa para uma cidade suburbana. A luta de reivindicação pelo direito ao espaço urbano, o reconhecimento do direito aos serviços públicos e de atenção do governo local é narrada pela imprensa através de notícias e cartas que denunciam o descaso aos efeitos do crescimento urbano naquela localidade. A distância física de Amadora do núcleo central de Lisboa é reforçada pela distância social e simbólica, um ambiente marcado pela ausência de regulação da ocupação do espaço revelando a desigualdade da distribuição espacial e política do acesso a serviços públicos e às amenidades que o sistema pode oferecer. A história de Amadora, e os desafios enfrentados por seus habitantes em inventar a própria cidade, é testemunho da importância do espaço público na formação de um sentido de lugar, na constituição de sua identidade.

Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz, em seu artigo *“Morar na Praça Pública: redes e fluxos entre habitantes de rua”*, traz análise da ocupação do espaço público e de sua normatização através da investigação dos habitantes de uma praça em Niterói. Tais habitantes de rua desenvolvem estratégias de permanecer vivendo no lugar que escolheram viver, no caso esta praça, apesar das metamorfoses deste espaço resultantes de projetos de urbanização e modernização da área anteriormente ocupada por moradias populares. Em confronto às políticas públicas de choque de ordem, escolhem a itinerância como estratégia de vida, a desterritorialização como forma de acesso ao direito à cidade. Se a regulação do espaço público no caso explorado por Silva Nunes é reivindicada por seus moradores como forma de construção de sua identidade, de um sentido do lugar, os habitantes de rua de Niterói resistem à esta regulação pelo direito ao espaço vivido, constituinte de sua memória, de sua história e de sua identidade.

Tânia Mara Campos de Almeida e Bruna Cristina Jaquetto Pereira, em *“Violência doméstica e familiar contra mulheres pretas e pardas no Brasil”*, tratam das relações institucionais entre a dimensão pública e privada dos Estados modernos, de seu potencial regulatório e de controle social, na medida em que analisa a invisibilidade, em termos de políticas públicas, da violência doméstica e familiar contra as mulheres pretas e pardas do Brasil. Apesar do avanço em termos jurídicos e de políticas públicas no sentido de controlar a violência contra a mulher no Brasil, a autora destaca a necessidade de reorganização das relações entre esfera pública e privada, através da politização do âmbito privado. O feminismo negro traz como proposta, para além do combate à cultura sexista, a revisão da colonialidade do poder

na medida em que se propõe a discutir as relações históricas de subjugação da população negra em nossa sociedade. As mulheres pardas e pretas brasileiras trazem duplo estigma, ser mulher e ser negra, constituindo-se um grupo social que reivindica, através de políticas públicas, o reconhecimento de sua cidadania. Denunciam que a desigualdade de poder presentes nas relações formais do espaço público refletem formas simbólicas de ordenação das relações interpessoais que ocorrem no âmbito familiar.

O artigo *“Estado, Representação Política e Corrupção”*, de Marcos Otávio Bezerra, procura desvendar a lógica de uma determinada classificação ao buscar não reduzi-la ao caráter normativo, a explicações como a do clientelismo político ou ainda a desqualificação da simples acusação. A corrupção, portanto, remete a relações e práticas que são ressignificadas no imbricado das dimensões da cultura e da política. A partir do estudo de um caso empírico, as investigações efetuadas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Orçamento (CPMI do orçamento; entre 1993/1994) a respeito das relações da administração pública com uma grande construtora, a noção de fronteira é acionada para pensar não apenas a categoria corrupção e sua construção social, histórica e cultural, como também a de Estado, colocando em relevo a fluidez dessas fronteiras que nos remetem a práticas e sistemas de valores da mesma forma que descortina o campo político como também produtor de condutas e moralidades.

Em *“Pensando a representação: notas para uma reflexão antropológica das interações políticas em diferentes escalas”*, Alessandra Barreto e Rogéria Dutra buscam refletir acerca da temática da representação a partir do processo de constituição da apresentação de candidaturas em período de disputas eleitorais recentes. Procurando trazer para o debate a perspectiva dessas disputas a nível local e transnacional, as autoras utilizam matérias de jornais, sites e outras mídias eletrônicas para apresentar a construção simbólica da representação e da constituição da legitimidade dos candidatos a cargos e postos políticos.

Leonardo Cavalcanti e Sónia Parella, pesquisadores da Universidade Autônoma de Barcelona, em seu artigo *“Entre las políticas de retorno y las prácticas transnacionales de los migrantes brasileños”*, abordam as políticas de retorno de brasileiros da Espanha sob uma dupla perspectiva. Por um lado a dos estudos transnacionais e de um panorama da imigração brasileira para a Espanha; por outro, faz uma apresentação crítica às abordagens que, de alguma forma, naturalizam a questão do retorno, desvinculando-a de todo o processo migratório e do campo de disputas pelo próprio significado das

categorias em questão: emigrante/ imigrante; retorno. O retorno é pensado pelos autores para além de uma perspectiva unilateral, na busca por uma apreensão que dê conta da complexidade do fenômeno e mesmo questionando-se quanto ao seu potencial heurístico. Mesmo que de forma resumida, as políticas de governo elencadas trazem à tona a necessidade de se discutir não somente como estas vêm sendo elaboradas mas, sobretudo, o que está em jogo na relação entre Estado, os brasileiros que vivem fora e os canais de diálogo efetivos entre esses atores sociais.

Por fim, Raquel Kraitsch e Raissa Wihby Ventura, no artigo *“Da cidadania nacional à cosmopolita? Debates em torno das relações entre justiça, política, cultura e identidades”*, instigam ainda mais o debate ao questionar qual forma de Estado seria capaz de responder as questões dos trânsitos contemporâneos. Apresentando diferentes pontos de vista, o que se coloca em questão é a relação entre a formação do conceito de nação e o quanto esta noção corroboraria para o delineamento de um Estado capaz de responder aos novos questionamentos. Questionamentos nascidos num mundo de trânsitos, de pessoas “deslocadas”, destituídas de cidadania, e que ainda assim inquietam a relação entre a formação de uma identidade nacional, uma identidade política, ser ou não-ser social, a cidadania e a formação do Estado.

Alessandra Siqueira Barreto / Rogéria Campos de Almeida Dutra (orgs.)